

GETTING MAD OR GOING MAD?
CIDADÃOS, ESCASSEZ E O COLAPSO
DA DEMOCRACIA NA EUROPA DE ENTRE AS GUERRAS^a

Nancy Bermeo

Departamento de Política, Universidade de Princeton, EUA

Em 1920, dos vinte e oito estados europeus, vinte e seis eram democracias parlamentares. Em 1938, treze destas democracias haviam-se transformado em ditaduras. Este artigo é sobre as razões que motivaram a queda destes regimes e acerca do papel que o cidadão comum desempenhou nesse colapso.

Desde o próprio período de entre as guerras que os estudiosos do fascismo se têm vindo a interrogar sobre o apoio de massas aos movimentos antide-mocráticos. Muitas das respostas encontradas atribuem ao cidadão comum um papel ignóbil, quando não criminoso. A história que repetidamente (embora não universalmente) emerge é a seguinte: os cidadãos, que são inexperientes no uso das liberdades democráticas, encontram-se a viver em novas democracias numa época de escassez económica; os líderes democraticamente escolhidos mostram-se incapazes de resolver essa escassez e, apesar disso, os cidadãos inexperientes persistem em sobrecarregar os novos regimes com exigências excessivas; o fosso entre o desempenho governamental e a percepção da escassez continua a aprofundar-se, até que os cidadãos se voltam para os partidos extremistas e contra a própria democracia. Ainda que cada estudioso enfatize diferentes aspectos destas histórias, a moral é normalmente a mesma: se os cidadãos sofrem de uma grave escassez material durante as novas democracias, não só se «enfurecem» (*getting mad*) como «enlouquecem» (*going mad*). Abandonam o centro político e apoiam activamente grupos e movimentos que irão destruir a democracia que, em primeiro lugar, lhes proporcionara a liberdade para fazer exigências.

^a Uma primeira versão deste artigo foi apresentada ao Encontro Anual da Associação Americana de Ciência Política em 1996, e no Centro de Estudos da Democracia da Universidade da Califórnia (Irvine) em 24 de Março de 1997.

A autora agradece a Monica Bhattacharyya e a Matt Webster pela ajuda prestada.

Esta história trágica tem sido documentada com provas bastante credíveis. Na realidade, a lógica básica da história parece tão convincente que começamos a ouvi-la ser repetida nas recentes e pessimistas previsões sobre o eleitorado na Europa de Leste e na Rússia. Embora haja poucas dúvidas de que a crise económica ajudou a conduzir milhões de cidadãos comuns para as fileiras dos movimentos fascistas nos anos de entre guerras, tanto o contexto no qual essa história se desenrolou como a dinâmica da própria história devem ser mais claramente especificados.

É errado reduzir o papel do indivíduo comum em todas as democracias falhadas a uma história de loucura colectiva provocada pela escassez económica. A ascensão do fascismo e a queda das democracias de entre guerras não são o mesmo processo. De facto, utilizar os casos de vitória fascista como suporte para as nossas generalizações acerca da queda das democracias poderá ser altamente enganador. Se olharmos para além dos casos da Itália e da Alemanha e nos centrarmos no conjunto das democracias falhadas de entre guerras, formularemos respostas muito diferentes às nossas questões iniciais. Descobrimos que o apoio popular a partidos claramente antidemocráticos variou grandemente no espaço das democracias em colapso, e que os cidadãos desempenharam um papel muito mais periférico no desmantelamento da democracia do que os casos fascistas nos fariam supor. Percebemos igualmente que os fracassos no desempenho económico não são indicadores suficientemente fortes quer do declínio da democracia quer do aumento de apoios políticos antidemocráticos entre o cidadão comum. O suporte empírico deste argumento é retirado do estudo dos regimes registados na tabela 1.

1. *O apoio popular aos partidos antidemocráticos.*

As discussões sobre o fascismo em Itália e na Alemanha trazem-nos à memória imagens de milhares de apoiantes uniformizados marchando perante vastas e entusiásticas multidões. Estas imagens, frequentemente guardadas em filme, reflectem um aspecto importante da realidade fascista. Mas lentes mais amplas e comparativas mostram que apenas uma pequena parte dos adultos europeus estava disposta a pagar os custos de uma filiação formal em organizações antidemocráticas de direita¹. Antes de as democracias terem ruído e a liberdade de associação ter sido reduzida, os partidos fascistas – isto é, partidos que valorizavam bastante a mobilização política – conseguiram apenas mobilizar uma pequena parte dos cidadãos.

Aqui a excepção é a Alemanha. Nas vésperas das últimas eleições livres da

Tabela 1.

A sobrevivência dos regimes parlamentares na Europa de entre guerras.

<i>Sobreviventes</i> ^a	<i>Baixas</i> ^b	<i>Primeiras eleições do pós-Guerra</i>	<i>Início dos regimes autoritários</i>
Bélgica	Áustria	Fevereiro 1919	Março 1933
Dinamarca	Bulgária	Agosto 1919	Junho 1923
Checoslováquia ^c	Estónia	Abril 1919	Março 1934
Finlândia ^c	Alemanha	Janeiro 1919	Janeiro 1933
França	Grécia	Novembro 1926	Agosto 1936
Islândia	Itália	Novembro 1919	Outubro 1922
Irlanda ^c	Letónia	Abril 1920	Maió 1934
Luxemburgo	Lituânia	Maió 1920	Dezembro 1926
Holanda	Polónia	Janeiro 1919	Maió 1926
Noruega	Portugal	Março 1919	Maió 1926
Suécia	Roménia	Novembro 1919	Fevereiro 1938
Suíça	Espanha	Junho 1931	Julho 1936
Reino Unido	Jugoslávia	Novembro 1920	Janeiro 1929

^a Os sobreviventes mais pequenos (Islândia, Luxemburgo) não são discutidos no texto.

^b A Hungria não é incluída na lista de baixas porque nunca chegou a ter eleições nacionais livres.

^c Democracia fundada após a Primeira Guerra Mundial.

República de Weimar, os nazis haviam já atraído um milhão de membros. Isto significava que um em cada cinquenta adultos aderira ao movimento, mas este número não encontra paralelo em nenhuma outra nação europeia². Em Itália, a filiação partidária antes da Marcha sobre Roma (isto é, antes de o partido ter acesso aos «despojos» que o governo proporciona) atingia apenas 332 mil membros³ – menos de 1 por cento da população italiana. Na Áustria, nas vésperas do golpe de Dollfuss, menos de 4 por cento da população adulta se encontrava associada quer à Heimwehr quer aos nazis austríacos. O número comparável para a Roménia estava abaixo de 2 por cento⁴. Estes terão sido provavelmente os maiores movimentos na Europa.

Utilizo a palavra *provavelmente* devido às ambiguidades do caso espanhol e à dificuldade em classificar os grupos tão diversos que acabariam por combater a República na Guerra Civil. Visto que o governo republicano foi eleito livremente, poderíamos argumentar que todos aqueles que se juntaram na causa nacionalista eram fundamentalmente antidemocráticos e isto significaria quase metade da população adulta. Mas comparar estes números com os números de militância fascista atrás citados seria fazer equivaler a escolha partidária em tempo de paz com a escolha de lados beligerantes num contexto de guerra civil, o que coloca muitos problemas. Se apenas considerarmos a filiação na CEDA – o

conjunto de partidos que apoiava Franco e os oficiais revoltosos – obtemos uma percentagem menor da população, embora ainda substancial, mas o que levaria também a ignorar os tipos distintos de oposição à República: oposição desleal e oposição semi-leal. É difícil determinar se é correcto colocar os membros de grupos semi-leais e de grupos desleais na mesma categoria analítica, mas o que podemos concluir com bastante certeza é que o único partido explicitamente fascista de Espanha – a Falange de las JONS – atraiu muito pouco apoio antes do eclodir da guerra. Stanley Payne chegou à conclusão que o partido tinha menos de 10 mil partidários em 1936 e que era «o mais pequeno e mais fraco das forças independentes na política espanhola»⁵. Dada a escolha entre aderir a um partido explicitamente antidemocrático como a Falange e um grupo oposicionista semi-leal como o CEDA, uma maioria esmagadora dos espanhóis escolheu esta última opção.

Os números da filiação partidária são difíceis de verificar, mas em todos os casos europeus não há uma relação clara entre a dimensão explícita dos partidos fascistas e a probabilidade de sobrevivência da democracia. Países como a França e a Bélgica – onde, de um ponto de vista comparativo, os partidos antidemocráticos atraíam uma percentagem de cidadãos comparativamente extensa – atravessaram os anos de entre as guerras com as suas democracias intactas. Contudo, países como Portugal e a Polónia, com grupos fascistas comparativamente mais fracos, sucumbiram numa ditadura.

Observamos o mesmo padrão se olharmos para os dados sobre as opções de voto. Visto que a maior parte dos cidadãos que apoiavam os movimentos extremistas provavelmente preferiam evitar, em primeiro lugar, os custos da sua filiação, os votos são um indicador mais preciso da dimensão total dos apoios a esses movimentos. E também por esta medida a direita antidemocrática era mais fraca do que os desastrosos anais das democracias nos levariam a supor.

Em Itália, o apoio eleitoral à direita antidemocrática nunca esteve próximo de ser maioritário. Na altura da Marcha sobre Roma, o partido fascista tinha 6 por cento dos lugares da assembleia. O total de lugares dos três partidos que poderiam ser considerados antidemocráticos era, no máximo, de 12 por cento⁶. Na Alemanha, uma quase maioria do eleitorado realmente votou em partidos antidemocráticos nas vésperas da ascensão ao poder de Hitler, embora só cheguemos a esta conclusão se considerarmos os votos nos quatro partidos antidemocráticos de direita⁷. Nem mesmo no caso alemão encontramos um partido autoritário eleito para o governo com um mandato eleitoral maioritário. Apenas um terço do povo alemão votou no partido nazi nas últimas eleições livres da República de Weimar. E menos alemães estavam a votar nos nazis nesta última eleição do que no escrutínio de alguns meses antes.

Em nenhum dos outros estados europeus se esteve perto de um partido fascista ou antidemocrático de direita (individualmente ou em conjunto) ganhar a lealdade de uma maioria do eleitorado. O partido nazi era extraordinariamente popular na Alemanha, mas as conclusões a que podemos chegar através do estudo do colapso da República de Weimar não podem ser alargadas a outros regimes.

Na maioria dos regimes que caiu, apenas uma pequena fracção do cidadão comum usou a filiação partidária ou o voto para exigir uma mudança para um regime antidemocrático. Esta generalização é, provavelmente, também verdadeira para os partidos da esquerda antidemocrática.

Terão então as massas empregado outros géneros de pressão directa? Estariam as elites a receber sinais de peso através de outras vias? É necessária uma análise cuidadosa dos acontecimentos que marcaram cada caso particular⁸ para realmente o saber e esta, segundo aquilo que sei, não existe. A informação que temos sugere que as pressões vindas de baixo não eram nem tão directas nem tão constantes como seria de esperar. A frequência de greves aumentou em quase todos estes estados no rescaldo da guerra. Esta foi a época quando a inspiração dada pela revolução bolchevique estava a ter os seus maiores efeitos. Mas como mostra a tabela 2 (p. 16), as acções grevistas estavam, de uma maneira geral, em decréscimo nos anos prévios ao colapso das democracias.

Há ainda outros meios de pressão sobre os governantes eleitos; se olharmos para três destes expedientes, tanto nos casos de queda como de sobrevivência de democracias, extraímos alguns resultados interessantes. O nível de motins, greves gerais e manifestações antigovernamentais era elevado em todos os casos de queda da democracia. Isto não é surpreendente. O que é notável é que, em nenhum destes indicadores, não exista nenhuma diferença estatística significativa entre baixas e sobreviventes da democracia⁹. As greves gerais, as manifestações antigovernamentais e os motins não eram mais comuns nos regimes que caíram do que nos regimes sobreviventes. Estes dados precisam de ser completados com material histórico de cada caso específico, mas sem dúvida que sugerem que os cidadãos dos regimes que caíram enviavam sinais que não divergiam grandemente dos sinais enviados pelos cidadãos dos outros regimes.

2. Os processos específicos dos colapsos das democracias.

Quando estudamos as histórias individuais de cada um dos regimes que entrou em colapso, torna-se claro que os cidadãos apenas desempenharam um papel periférico no derrube dos governos democráticos. Com poucas excepções,

Tabela 2.
Conflitos operários e a ascensão das ditaduras.

<i>Tendências na taxa de greves nos dois anos anteriores à mudança de regime</i>	<i>Medidas em número de greves</i>	<i>Medidas em número de grevistas</i>
Áustria (1930-32)	declínio	declínio
Bulgária		
Estónia (1931-33)	ascensão	declínio
Alemanha (1930-32)	ascensão	declínio após ascensão
Grécia		
Itália (1919-21)	acentuado declínio após ascensão	acentuado declínio após ascensão
Letónia		
Lituânia		
Polónia (1923-25)	declínio	declínio
Portugal (1923-25)	acentuado declínio após ascensão	
Roménia (1935-37)	declínio após ascensão	declínio
Espanha (1933-35)	declínio ^a	
Jugoslávia (1926-28)	ascensão	declínio após ascensão

^a Há uma acentuada ascensão em 1936, antes do eclodir da Guerra Civil.

Fontes: Brian R. Mitchell, *European Historical Abstracts 1750-1988*; Tonu Parming, *The Collapse of Liberal Democracy and the Rise of Authoritarianism in Estonia*, Londres, Sage Publications, 1975; Kathleen Schartzman, *The Social Origins of Democratic Collapse*, Lawrence, Kansas, University Press of Kansas, 1989; Juan Linz, «From Great Hopes to Civil War: The Breakdown of Democracy in Spain», in Linz e Stepan, eds., *The Breakdown of Democratic Regimes: Europe*, Baltimore, John Hopkins University Press, 1978.

os regimes de entre as guerras caíram quer porque as elites políticas optaram deliberadamente por os destruir quer porque a acção das elites políticas foi de forma a provocar a sua queda, ainda que involuntária e não premeditada. Este argumento é melhor fundamentado com um estudo cronológico da totalidade das democracias falhadas. A análise cronológica é essencial porque as elites políticas dos diferentes estados prestavam uma cuidadosa atenção ao que se passava nos outros estados. O que acontecia num estado vizinho era muitas vezes analisado como um exemplo a ser repetido, uma previsão de um estado de coisas futuro – ou de um destino a ser evitado. As acções das elites apenas podem ser compreendidas no seio de um contexto verdadeiramente europeu.

Os anos de entre guerras teriam sido dramaticamente diferentes se não tivessem começado com a Revolução Bolchevique. O bem sucedido ataque esquerdista ao primeiro governo eleito da nova democracia russa mostrava-se

inspirador para muitos e horrificante para muitos mais. Estava a vitória bolchevique a ser repetida por toda a Europa?

Os acontecimentos na Hungria em 1919 sugeriam precisamente isto, pois também aí esquerdistas armados conseguiram derrubar o que estava destinado a ser a primeira democracia eleitoral húngara. Uma coligação de social-democratas de esquerda e de comunistas, apoiada por milhares de soldados armados que regressavam a casa vindos da frente russa, tomou o controlo do governo húngaro pouco antes de as primeiras eleições livres se realizarem¹⁰. O regime que estabeleceram seria em poucos meses substituído por um regime de direita, e por isso esta foi uma revolução falhada. Mas houve muitas tentativas revolucionárias noutros estados. Estas falharam por completo – e relativamente depressa – mas sempre poderiam ser apresentadas como provas de uma ameaça constante e como justificação para todo o tipo de acções preventivas (*pre-emptive actions*).

As esperanças e receios inspirados pelo sucesso bolchevique desempenharam um importante papel no colapso da democracia italiana em 1922¹¹. De um ponto de vista comparativo, os cidadãos italianos foram rapidamente mobilizados e dividiram-se em dois campos: o campo Vermelho e o campo anti-Vermelho; e há poucas dúvidas de que a transição para a ditadura foi grandemente influenciada pela actividade extra-parlamentar de ambos os grupos. O facto de a democracia do pós-guerra ter começado não apenas com massiças mobilizações laborais mas igualmente com a ocupação de fábricas e de campos ajuda a explicar por que motivo o regime se desintegrou em menos de três anos completos. Mussolini foi impressionantemente bem sucedido ao agitar o fantasma da Revolução Vermelha como meio de mobilizar apoios para uma contra-ofensiva.

Apesar destes acontecimentos, seria errado atribuir as culpas da queda da democracia italiana ao cidadão comum. Como S. J. Woolf nos recorda, a Marcha sobre Roma mostrou-se desnecessária, porque Mussolini foi chamado ao poder «de uma forma mais ou menos constitucional» pelo próprio rei¹². Como anteriormente dissemos, Mussolini não tinha nada que se assemelhasse com um mandato popular. Em vez disso, obteve o poder porque a elite política reinante o convidou a governar. Esse processo teve duas etapas. Na primeira, Giolitti cometeu o grave erro de transmitir aos fascistas uma aparência de legitimidade ao convidar o partido a participar nas listas eleitorais do Bloco Nacionalista¹³. Na segunda e fatal etapa, o Rei Victor Emanuel pediu a Mussolini que formasse governo.

A acção do Rei não foi uma resposta a apelos das massas mobilizadas, mas antes um reflexo das graves incapacidades das elites políticas italianas encarregues da governação. Uma leitura atenta dos acontecimentos obriga-nos a reco-

nhecer que muitos dos políticos italianos simplesmente negligenciaram os seus deveres e compromissos quando os dois lados da batalha ficaram definidos. Giolliti, o líder liberal que em primeiro lugar concedera alguma legitimidade aos fascistas, demitiu-se do governo e limitou-se a afastar-se de Roma durante todo o período de crise. Facta, o líder liberal que o substituiu, apresentou a demissão do seu governo na noite da famigerada Marcha sobre Roma – e simplesmente foi para casa dormir! O marechal Diaz, o comandante do estado-maior das forças armadas italianas, recusou-se a enviar os seus homens na defesa do regime quando o Rei lhe perguntou se poderia confiar nos militares para repelir o avanço de Mussolini¹⁴. Contudo, toda a Marcha sobre Roma foi um *bluff* que facilmente teria sido evitado se as forças armadas estivessem dispostas a tal¹⁵. Ao longo de todo o período de entre guerras os deputados da assembleia nacional distinguiram-se pela sua ausência na votação de moções de confiança e nos debates centrais da vida nacional. 31 por cento dos deputados faltou à votação da moção de confiança no último governo de Facta. A taxa de absentismo nos últimos anos de democracia italiana variou entre os 21 e os 45 por cento e cresceu sempre desde Fevereiro de 1922 até à queda do regime¹⁶.

As elites políticas desempenharam um papel ainda mais preponderante no fim da democracia na Bulgária em 1923. Em 1919 eleições livres haviam conduzido no poder a União Nacional Agrária, um partido de forte implantação no meio camponês, tendo o seu líder, Stamboliski, prometido que o bem-estar do seu eleitorado seria atingido através de uma vasta gama de reformas progressistas. A redistribuição da propriedade não era um dos pontos da agenda de Stamboliski, pois o sistema búlgaro de posse de terra era já bastante igualitário antes da chegada do partido camponês ao poder¹⁷. Assim, não se verificaram quaisquer ocupações espontâneas de terras, como sucedera em Itália. Mas existiam três ameaças de uma natureza diferente que iriam provocar o ataque ao governo eleito. A primeira era a ameaça aos militares, presente a partir do momento em que Stamboliski se insurgiu contra o aventureirismo militar, alegou que os fundos gastos no meio militar poderiam ser canalizados para outros sectores e assinou uma lei em que reduzia o número de efectivos de 850 mil para 20 mil. A enfurecida elite militar búlgara formou então uma Liga Militar, que mais tarde, através de um golpe, poria fim ao regime. Os golpistas eram apoiados por dois outros grupos da elite nacional. O primeiro grupo estava centrado em redor do monarca búlgaro, o Rei Boris, que se sentia ameaçado pelo declarado republicanismo de Stamboliski. O segundo era um círculo heterogéneo de políticos dos partidos da oposição, que se encontravam arredados do poder, agora que a extensão do sufrágio permitira a uma nação camponesa eleger para o governo um robusto partido camponês. O povo búlgaro desempenhou um papel

bastante periférico nos acontecimentos que conduziram à queda do regime. Na verdade, o catalisador imediato do golpe foi um debate parlamentar altamente intelectualizado sobre ortografia. Stamboliski procurava simplificar o alfabeto e a ortografia búlgaros de forma a facilitar uma vasta campanha de alfabetização. Os membros da Academia Búlgara das Ciências, mais uma variedade de partidos conservadores, usaram os debates parlamentares sobre a política de língua para pôr em causa o patriotismo de Stamboliski, e para forjar uma coligação autoritária a partir de um campo diverso de facções nacionalistas¹⁸. Não houve qualquer mobilização em torno destas controvérsias sobre a língua nem em torno das outras questões capitais que dividiam as elites do regime¹⁹.

O colapso das democracias polaca, portuguesa e lituana em 1926 foi também, em grande medida, o resultado das inaptidões e das lutas internas das elites políticas. Todas estas três democracias foram depostas por facções dos seus próprios militares que, na maior parte só convocaram, quando o fizeram, apoio popular após a tomada de poder.

A democracia polaca caiu em Maio de 1926 às mãos das forças militares agrupadas em torno do carismático marechal Pilsudski. Pilsudski transformara-se num herói nacional durante a luta da Polónia pela independência e é um dos poucos golpistas do período de entre guerras que conseguiu grangear apoio popular antes de se apoderar do poder. Mesmo assim, os historiadores consideram que o golpe de 1926 foi o «resultado de um conflito no seio do exército» e de um conflito «entre o governo civil e o exército, em especial o próprio Pilsudski»²⁰. O golpe de Maio apanhou o povo polaco de surpresa. Alegadamente terá «chocado a Polónia no seu íntimo», precisamente porque o governo e o presidente eleitos «retinham a fidelidade da maior parte do exército e dos cidadãos»²¹. Partidos da esquerda apoiaram o golpe de Pilsudski uma vez este desencadeado, e o sindicato socialista que controlava os caminhos de ferro fez oscilar o equilíbrio militar em favor de Pilsudski quando, num momento crucial do golpe, se recusou a transportar tropas fiéis ao governo. Mas não houve qualquer movimento vindo de baixo em favor de uma destituição extra-parlamentar do regime eleito. O campesinato e a classe operária da Polónia não se deixavam «comover» pelos «apelos revolucionários do comunismo»²²; em todo o caso, aqueles que se sentiam atraídos pela direita antidemocrática provavelmente já se sentiam representados na coligação governamental. Pilsudski não atingiu o poder pelo impulso por pressões de forças vindas da parte inferior da sociedade. Na realidade «ele nunca esteve muito interessado nos meandros da política interna». Foi incitado à acção por rivalidades pessoais com líderes governamentais e pelo que considerava ser a incapacidade polaca em assuntos externos²³.

A queda da democracia na vizinha Lituânia foi igualmente o resultado de um golpe militar. Aí, tal como na Polónia, a mudança de regime foi iniciada por oficiais das forças armadas que temiam a forma como um novo governo, popularmente eleito, passaria a relacionar-se com as forças armadas e com a política externa em geral. Na Lituânia, o catalisador para o golpe foi a vitória eleitoral de Maio de 1926 de uma coligação moderada de esquerda dos Camponeses Populistas e dos Social-Democratas. Os Democratas-Cristãos haviam dominado a política lituana desde o final da guerra, e os conservadores no meio militar e na sociedade em geral receavam que o novo governo sucumbisse de imediato a pressões do vizinho governo bolchevique. O novo governo pouco fez para apaziguar estes receios, pois demitiu importantes oficiais, reduziu os gastos com o sector militar e assinou um pacto de não-agressão com a União Soviética²⁴. Pouco depois de o pacto ter sido assinado, um pequeno grupo de militares e de políticos nacionalistas irrompeu por uma sessão do parlamento e exigiu o controlo do estado. O governo eleito foi de tal maneira colhido de surpresa que não ofereceu resistência.

O golpe não se tratava apenas de um assunto entre militares, pois desde o início que foi defendido por civis associados ao Partido Nacionalista. Mas este não era um partido suportado por movimentos populares, como o de Mussolini fora. Até ao próprio ano do golpe, jamais comparecera a disputas eleitorais, e apenas vencera três dos oitenta lugares do parlamento do país. Era um grupo pequeno e muito intelectualizado grupo, encabeçado pelo chefe do departamento de Ciências Sociais da Universidade de Kaunas²⁵. Os cidadãos da Lituânia não estavam de maneira nenhuma silenciosos nas vésperas do golpe. O regime de esquerda concedera à minoria polaca o direito de criar escolas de língua polaca, o que instigou manifestações populares contra a «Polonização». O governo permitira igualmente a esquerdistas de vários tipos maior liberdade de reunião e de expressão. O partido comunista – que estivera proibido – aproveitou-se destas novas liberdades e novamente se tornou visível no espaço público, com desfiles e manifestações²⁶. Isto provocou contradefiles nacionalistas que, contudo, parecem ter-se confinado quase exclusivamente a pequenos grupos de estudantes universitários, não se alargando à massa dos cidadãos²⁷. Com menos de 22 mil trabalhadores industriais em todo o país, a ameaça de um proletariado revolucionário vindo da esquerda era mínima²⁸. Tal como Von Rauch apropriadamente afirmou «o exército era o único agente de poder consequente»²⁹.

A queda da democracia portuguesa fornece-nos material especialmente interessante, pois Portugal é muitas vezes caracterizado como um dos regimes «mais fascistas» do período de entre guerras³⁰. Isto leva-nos a supor que o golpe tenha sido o culminar de elevados níveis de mobilização popular. Porém, esta

queda, tal como muitas outras, foi o resultado da acção de uma coligação golpista assaz pequena, baseada num sector militar bastante faccionalizado. A coligação era composta por líderes militares, pequenos partidos conservadores, católicos sociais e uma constelação de grupúsculos de integralistas e de fascistas³¹. O golpe seria anunciado a 28 de Maio na cidade nortenha de Braga pelo general Gomes da Costa (um herói da Primeira Guerra Mundial)³². O General avançou em direcção a Lisboa, quase sem oposição militar, e o governo eleito simplesmente demitiu-se. Todo o processo teve tão pouca espectacularidade que os jornais iam publicando entrevistas com o general, à medida que este progredia para sul. Este sublinhava que o movimento era «exclusivamente militar. Nem conservador nem radical» e que as forças armadas haviam agido apenas porque a «maioria» dos políticos civis haviam-se revelado ser um «descrédito para o país»³³.

Parece não haver dúvidas de que o golpe foi bem acolhido por vastos sectores da sociedade portuguesa. Os grandes latifundiários sempre haviam suspeitado da democracia e os industriais há muito que se queixavam da incapacidade da democracia em manter a ordem³⁴. A legitimidade do regime diminuía consideravelmente entre as classes médias urbanas, que antes haviam sido a sua base de apoio³⁵, e mesmo a classe operária parece ter estado dividida nas suas lealdades, como o demonstra o facto de a Confederação Geral do Trabalho não ter tomado nenhuma posição pública sobre o golpe durante cinco dias³⁶.

Dito isto, não podemos concluir que a queda da democracia portuguesa foi provocada por pressões populares ou por movimentos sociais. Costa Pinto relata que não havia «quaisquer sinais» de mobilização rural «por parte das forças de reacção antirepublicanas»³⁷ e que os «únicos actores» nas ruas do Portugal urbano de 1926 «eram os militares»³⁸. A partir de 1925 as tentativas da direita em organizar milícias tornaram-se «inúteis», pois a «desordem prevalecia», não nas «ruas, mas no seio do parlamento e do governo»³⁹. Politicamente havia pouco a temer dos partidos operários radicais – ou de uma mobilização de esquerda em geral⁴⁰. O fascismo como movimento popular nunca se desenvolveu; as referências ao fascismo ou à mais suave ditadura de Primo de Rivera da vizinha Espanha permaneceram confinadas à Sociedade de Geografia. Em Portugal, tal como em muitos outros países, a população comum foi relutante em agir directamente contra um regime democrático.

A nação da Jugoslávia ainda nem sequer existia quando a república portuguesa caiu. Denominava-se o Reino dos Sérvios, Croatas e Eslovenos e o facto de governos parlamentares aí terem perdurado até 1929 é notável, porque grande parte da elite política eleita da «nação» mostrava pouco empenho mesmo nos

mais rudimentares princípios de democracia e civilidade. A queda do regime deu-se através de um golpe liderado pelo rei Alexander que, agindo independentemente de qualquer partido político, procurava assim impor ordem num sistema devastado pela instabilidade e pela violência. Os governos mudavam numa média de duas vezes por ano, o Partido Camponês Croata (um dos maiores do país) durante anos recusou-se simplesmente a participar em sessões parlamentares, e os dirigentes políticos brandiam dentro e fora dos edifícios públicos armas letais de todos os géneros⁴¹. Nos últimos meses do regime um deputado sérvio alvejou mortalmente cinco deputados da oposição croata, nas bancadas do parlamento, e escapou apenas com uma leve pena de prisão⁴².

A intervenção do rei foi, a princípio, e em geral, «bem recebida». Até a imprensa liberal ostentava o título: «Apenas a Coroa consegue pôr Fim à Crise»⁴³. Mas aqui, tal como em muitos outros casos, é difícil concluir que o cidadão comum se voltara contra a democracia. Sabemos que os apoiantes dos terroristas «eram poucos» em número e que na sua esmagadora maioria eram «estudantes universitários e membros da burguesia» – ou seja, não eram de certeza o cidadão típico de uma nação de camponeses⁴⁴. Sabemos também que o eleitorado, quando lhes era dada oportunidade de o fazer, apoiava grupos de orientação democrática. Quando um bloco de partidos progressistas formou uma coligação eleitoral para enfrentar a corrupta e dividida elite dirigente em 1924, venceram com uma diferença de 300 mil votos⁴⁵.

O colapso da democracia no Reino dos Sérvios, Croatas e Eslovenos foi a última das seis transições que precederam o *crash* da bolsa de Nova Iorque de Outubro de 1929. Como era de prever, a depressão económica que se seguiu contribuiu para uma atmosfera na qual todos os tipos de partidos antidemocráticos poderiam alargar a sua base de apoio. Não devem restar dúvidas de que o apoio popular aos governos parlamentares enfraqueceu em todos os regimes que caíram nos anos 30; mas aqui também temos de ter cuidado em responsabilizar uma cidadania antidemocrática pela mudança de regime. Com poucas excepções, nenhuma destas transições mostrou uma forte semelhança com o caso alemão.

A queda da democracia na Áustria em Março de 1933 pareceu-se com o caso alemão na medida em que as forças antidemocráticas eram amplamente populares e intensamente activas já antes da transição para a ditadura. A Áustria foi o berço do nacional socialismo germânico nos primeiros anos do século⁴⁶; quando a depressão se abateu sobre o país, as raízes profundas desse nacional socialismo germânico estiveram na origem de vários movimentos fascistas. Os historiadores relatam que o apelo fascista «por uma nova sociedade encontrou um eco entusiástico entre a generalidade das pessoas... especialmente entre aqueles cuja posição era mais desesperada»⁴⁷. E nesta posição haveria muita gente, já que a

Áustria parece ter sido o país da Europa que mais sofreu com a depressão económica⁴⁸. Desta forma, o caso austríaco não estaria muito distante do «argumento da loucura» com que começámos esta exposição. Mas mesmo aqui é difícil atribuir responsabilidades pelo colapso da democracia austríaca ao próprio povo austríaco.

A ditadura de 1933 foi estabelecida, não por um dirigente de um partido fascista mas por Engelbert Dollfuss, líder do Partido Social Cristão que governara a Primeira República quase continuamente desde a sua instauração. Os sociais-cristãos eram um grupo diverso com uma ampla ala pró-democrática. Normalmente governavam em coligação com um partido pan-germânico, mas estes se recusaram a formar uma coligação governamental em 1932, Dollfuss convidou em seu lugar o partido fascista Heimwehr⁴⁹. Aqui, como em todos os nossos outros casos, os fascistas foram simplesmente convidados a partilhar do poder. Não chegaram ao poder na crista de um mandato popular; os não-fascistas limitaram-se a entregar-lhes o poder para ocuparem um espaço numa coligação eleitoral. Os deputados do Heimwehr «não tinham praticamente nenhuns apoiantes entre os eleitores». Mas isto «pouco importava», pois «equilibravam a balança do poder no Parlamento»⁵⁰. O Heimwehr também detinha o controle de muitas armas – alegadamente suficientes para equiparem um exército de 500 mil homens⁵¹. Dollfuss procurou utilizar estas armas assim como as unidades paramilitares que as detinham para, à sua esquerda combater os socialistas e à sua direita, os nazis. A ditadura austríaca tornou-se assim o primeiro de vários regimes que se legitimou como uma providência cautelar contra uma forma mais maligna de autoritarismo de direita.

A ameaça do partido nazi austríaco era cada vez maior em 1933. As eleições locais davam já a ideia de que o partido nazi se transformara no terceiro maior partido da Áustria. Mas uma análise mais pormenorizada das eleições leva-nos a perguntar se o aumento de apoio aos nazis se ficou a dever a uma inclinação cada vez maior dos cidadãos para a extrema direita devido à depressão económica, ou se em vez disso, foi o resultado da capacidade nazi em conseguir chamar a si os votos dos nacionalistas e dos fascistas, até aí dispersos por vários grupos. A obra de Walter Simon demonstrou conclusivamente que a maior parte do aumento de votação nos nazis em 1932 em Viena era da responsabilidade dos nacionalistas germânicos, que antes haviam votado no programa de fusão de Schober, e do Heimatblock, uma coligação de extrema-direita, que concorrera em 1930 mas não em 1932⁵². O quadro geral é então o de uma alteração do sentido de voto no seio de um conjunto de partidos de extrema direita já existente, mais do que de uma mudança de mentalidade causada pela crise económica. A ausência de uma mutação do eleitorado originada pela crise económica é ainda indicada pelo

facto de «o partido de Hitler ter perdido votos nos seus bastiões tradicionais» na mesma altura em que parecia ganhar terreno noutras locais⁵³. De qualquer das formas, nenhum dos grupos antidemocráticos de direita «conseguiu nada que se parecesse com a conquista do apoio caloroso da maior parte da população austríaca»⁵⁴. Dollfuss acabou com a democracia austríaca não tanto devido a pressões populares mas porque pessoalmente encontrara numa espécie de fascismo clerical-corporativista a solução para os problemas da Áustria. Esta era ainda uma posição minoritária em 1933. Até pelo menos Fevereiro de 1934 «abundavam os sinais de que a maioria dos apoiantes dos conservadores era a favor de uma reconciliação com os socialistas»⁵⁵.

As democracias na Estónia e na Letónia caíram quase em simultâneo em 1934. O colapso da democracia na Estónia foi precipitado pelo rápido crescimento de um movimento antidemocrático denominado Liga dos Veteranos, formado logo após o início da depressão económica e fundado sobre as ansiedades de *status* da classe média urbana⁵⁶. O catalizador imediato do golpe foi uma crise acerca da constituição nacional. O documento, redigido por uma assembleia constituinte livremente eleita no início dos anos 20, tinha duas características singulares: estabelecia um governo com poderes limitados e permitia aos cidadãos aprovarem legislação através do mecanismo do referendo. O movimento dos Veteranos aproveitou a segunda característica para introduzir uma importante alteração na constituição, o estabelecimento de um executivo eleito independente e forte, com substanciais poderes adicionais e extraordinários. Para grande desilusão dos partidos parlamentares, o referendo dos Veteranos sobre a revisão da constituição foi aprovado por 56 por cento do eleitorado⁵⁷. Quando o movimento alcançou uma maioria absoluta nas importantes eleições locais de 1934, Konstantin Pats, o líder do partido governamental, o Partido dos Agricultores, planeou um golpe. Rapidamente proclamou a ilegalidade do movimento dos Veteranos, prendeu os seus líderes e, pouco tempo depois, suspendeu totalmente a política partidária. A sua acção fora precipitada pela rápida emergência do movimento dos Veteranos. Por isso, neste caso, poderíamos concluir que a queda da democracia na Estónia se ficaria a dever a um movimento popular. Mas o ténue regime autoritário que então se instalou foi, na verdade, fruto de uma tentativa de impedir – e não de sancionar – uma forma de governo mais opressora. Vários sectores da população estónia certamente que apoiaram movimentos antidemocráticos, mas não temos uma medida exacta do número de pessoas que apoiaria os objectivos fascistas do movimento, nem do número dos que simplesmente aderiram à ideia da necessidade de um executivo forte e de uma ordem pública, como o referendo constitucional estabeleceu. O que sabemos é que, na altura do golpe, e depois da depressão se ter começado a fazer

sentir, o povo estónio escolheu uma assembleia nacional que na sua composição era esmagadoramente democrática⁵⁸.

A mudança de regime na Letónia foi semelhante à da Estónia. Também aí a depressão fez engrossar as fileiras dos grupos extremistas de direita e o líder de um governo livremente eleito engendrou o que apelidou de um golpe preventivo (*pre-emptive*)⁵⁹. O passo necessário para o golpe foi dado pelo primeiro ministro M. Ulmanis, «uma mão cheia de indivíduos com as mesmas ideias» vindos do seu Partido da União Camponesa, e as forças armadas da Letónia⁶⁰. A constituição da Letónia tivera como modelo a constituição da República de Weimar e Ulmanis estava preocupado com a possibilidade do parlamento (em que estavam vinte e sete partidos representados) fornecer uma abertura aos extremistas de direita⁶¹. Quando as suas tentativas de reforço do poder do governo, através dos canais legislativos estabelecidos falharam, limitou-se a declarar o estado de sítio. A sua primeira acção foi proibir todas as organizações da extrema direita mas acabou por proibir todos os partidos políticos.

O maior grupo antidemocrático na Letónia em 1934 era a Cruz de Trovão. Foi ele o catalizador do golpe militar, mas estava longe de ser um movimento de massas. Os seus apoiantes eram quase exclusivamente estudantes universitários e intelectuais urbanos com pouco ou nenhum apoio da população rural, num país que era essencialmente agrícola. Com um máximo de 6000 membros (0,3 por cento da população), a sua capacidade de influenciar os acontecimentos vinha-lhe, não da sua popularidade nem da sua acção directa, mas do contexto internacional da altura⁶². Os letões comuns desempenharam um papel secundário.

A queda da democracia em Espanha em Julho de 1936 foi profundamente afectada pelo contexto internacional. Mas parece haver poucas dúvidas de que o apoio interno a movimentos antidemocráticos era já largamente evidente quando a transição para a ditadura se iniciou. O facto de a transição ter assumido a forma de uma guerra civil mostra que a dinâmica deste caso é singular pois foi em Espanha, e apenas em Espanha, que inúmeros cidadãos estiveram dispostos em pegar em armas contra forças antidemocráticas. Como é que foi possível uma mudança de regime tão contestada?

A desagregação da democracia espanhola começou com a eleição do governo da Frente Popular em Fevereiro de 1936. A vitória da Frente significava que a coligação de direita e centro-direita que governava Espanha havia dois anos teria que ceder o seu lugar no governo. À medida que rejubilantes multidões de apoiantes da Frente Popular enchiam as ruas celebrando a vitória da esquerda, os actores da direita (incluindo Gil Robles o líder da CEDA e Francisco Franco) começavam a pressionar no sentido de uma declaração do estado de sítio e da anulação do resultado das eleições. No entanto, o primeiro ministro de centro-

-direita e um conjunto gerais recusaram-se a violar a constituição. O poder foi devidamente entregue a um governo de republicanos de esquerda. Dois anos de um governo de direita «hostil» haviam deixado as massas operárias espanholas «num espírito muito pouco conciliador». Ansiosos por compensar o tempo perdido, os trabalhadores industriais e rurais envolveram-se crescentemente em greves e ocupações de propriedades, enquanto a violência política aumentava dramaticamente⁶³. A Juventude Socialista tornou-se cada vez mais radical e mais tarde juntar-se-ia mesmo à Juventude Comunista⁶⁴; simultaneamente, os grupos de estudantes da extrema direita também cresciam. A luta pelo poder «passou da Câmara das Cortes para as ruas, os clubes e as messes dos oficiais»⁶⁵.

Finalmente, foi um pequeno grupo de oficiais que se mobilizou contra o regime, no que inicialmente ficou conhecido como a Revolta dos Generais. Actuaram em conjugação com Gil Robles – que já há meses que subrepticiamente trabalhava na organização de um golpe militar apoiado por civis. Milhares de espanhóis pegaram em armas ao lado dos nacionalistas, mas um igual número pegou em armas em defesa da república. A batalha durou três anos devastadores⁶⁶.

O cidadão comum desempenhou um papel central na queda da democracia espanhola; mas também aqui há ambiguidades e ressalvas que devem ser sublinhadas. As mais graves provocações públicas – como o incêndio de igrejas – não foi, de forma alguma, obra da população em geral mas de grupos muito pequenos⁶⁷. Estatísticas divulgadas pela própria direita levam a crer que a mobilização poderia já estar a decrescer à medida que o golpe de Julho se aproximava; e que o ponto culminante da desordem popular foi «o período imediatamente a seguir às eleições, em vez dos finais da Primavera»⁶⁸. Em geral, as organizações juvenis dos partidos da extrema-direita não estiveram «envolvidas em lutas nas ruas e na criação de um estado de terror» como haviam estado as suas congéneres na Alemanha e em Itália⁶⁹. Finalmente, as questões divisoras que na realidade tinham um grande apoio popular, como o nacionalismo catalão, não eram uma fonte de instabilidade na altura em que o regime caiu. A Catalunha estava surpreendentemente calma em 1936⁷⁰. Apesar de todo o seu apoio popular, a mobilização contra a República espanhola foi principalmente uma acção de um pequeno sector da direita. A fraqueza numérica da coligação golpista inicial é ilustrada pelo facto de, entre os dezasseis generais com comandos nacionais, apenas apenas quatro apoiaram a causa nacionalista⁷¹. Os oficiais de mais elevada patente da Marinha e da Aviação também se opuseram ao golpe.

A queda do governo parlamentar na Grécia aconteceu no mês seguinte ao início da Guerra Civil em Espanha. Não foi uma transição em que as forças populares tenham desempenhado um papel importante. O detonador desta

mudança – como para tantas outras – foi um resultado eleitoral que assustou a direita. A eleição em causa – realizada em Janeiro de 1936 – deixava os realistas apenas com uma vantagem de dois lugares no parlamento em relação aos republicanos. Pela primeira vez na história parlamentar grega, o equilíbrio de poder estava nas mãos do Partido Comunista, com os seus quinze lugares no parlamento⁷². Quando o Partido Comunista organizou uma campanha de greves na indústria com claras intenções políticas, os actores da elite da direita política entraram em pânico. A chave da decisão na Grécia, tal como em Itália e na Bulgária, foi o monarca. O rei conviou o general Metaxas, um aberto defensor da ditadura, a assumir o cargo de primeiro ministro⁷³. O rei agiu «sem hesitação e sem ouvir ninguém»⁷⁴. Numa lamentável demonstração ou de ingenuidade ou de irresponsabilidade, o parlamento grego deu em Abril um voto de confiança esmagador a Metaxas, e fechou para umas férias de verão de cinco meses!⁷⁵. Utilizando os boatos de uma greve geral como pretexto para as suas acções, Metaxas e o rei instauraram o que ficou conhecido como a «Ditadura dos Gémeos» em Agosto de 1936⁷⁶.

Os cidadãos gregos não tinham estado absolutamente calados durante os meses que antecederam a tomada do poder por Metaxas. O número de greves aumentou e o descontentamento social originou uma revolta em Salónica em Maio. O exército teve que ser chamado a intervir quando a população se levantou para protestar contra a morte de quinze grevistas, embora a ordem fosse rapidamente restabelecida. Em termos globais, a ameaça tão evocada por Metaxas era um exagero. A grande maioria das acções de contestação operária foi tomada por trabalhadores comunistas na indústria do tabaco, e esta concentrava-se sobretudo na Macedónia. O partido «era praticamente insignificante noutros meios operários»⁷⁷ e no campo predominavam os partidos tradicionais e clientelistas. À direita, Metaxas dificilmente poderia ser chamado de líder carismático de um movimento de massas. Antes de o poder lhe ter sido entregue em 1936, «não tinha nenhum séquito pessoal, nem sequer no exército»⁷⁸ e o seu partido político atraía apenas 3,9 por cento do voto. A Grécia foi claramente um caso de ditadura estabelecida por convite e não a partir da vontade popular.

A democracia romena foi a última a cair no período de entre guerras. Em 1938 os seus actores principais tinham as quase duas décadas de história do período de entre as Guerras ao seu dispor para aprenderem lições – por isso não é surpreendente que este caso se assemelhe, em tantos aspectos, aos restantes. Contudo, globalmente, foi antes uma amalgama de várias histórias, sem nenhuma à qual se pudesse totalmente assemelhar. A democracia romena diferia das suas contemporâneas por ter sido, até aos anos 30, um sistema composto por dois partidos dominantes. Os Partidos Liberal e Camponês alternavam-se no governo,

num sistema fortemente baseado no clientelismo, mas sem os entraves governativos, que noutros sistemas haviam esgotado a representação proporcional.

Entre 1928 e 1930 três factores terão mudado este equilíbrio de forças. Em primeiro, lugar o Partido Nacional Camponês ganhou o poder nas eleições de 1928 e, embora tenha desenvolvido um sincero concertado para fortalecer as instituições democráticas por todo o país foi incapaz de introduzir as alterações nas prioridades da política governativa que os primeiros sintomas da depressão de 1929 exigiam⁷⁹. Em segundo lugar, a depressão mundial originou uma erosão dos apoios sociais do Partido Camponês e uma fragmentação do sistema partidário que beneficiou a extrema direita emergente. Em terceiro lugar, a situação mudaria ainda mais em 1930 quando Carol II ascendeu ao trono após a morte de seu pai. Carol «não escondia o seu desdém pelas instituições parlamentares» nem o seu desprezo por Maniu, o líder do Partido Camponês⁸⁰. Visto que a Constituição romena de 1923 atribuía ao Rei o poder de escolher e demitir os membros do governo, as prioridades reais eram grande relevância.

Estas prioridades tornaram-se penosamente visíveis em meados dos anos 30, quando uma organização fascista ferozmente antisemita denominada Guarda de Ferro começou a atrair grande apoio social. Carol opôs-se à Guarda de Ferro e chegou a apoiar a sua dissolução oficial em 1933 mas permitiu que ela operasse sob outro nome, esperando que assim desestabilizasse o que restava da democracia romena, e por conseguinte legitimasse uma ditadura de patrocínio real. Mas a popularidade da Guarda excedeu as expectativas de Carol, contituindo-se numa ameaça directa aos seus planos. Nas eleições de 1937 a Guarda de Ferro grangeou mais de 15 por cento dos votos, e transformou-se no terceiro maior partido parlamentar, retirando ao Partido Liberal – o favorito do rei – os votos de que necessitava para obter uma maioria de lugares na legislatura. No «que indiscutivelmente foi uma reacção imediata aos sucessos eleitorais da Guarda»⁸¹ o rei estabeleceu uma ditadura preventiva. Temendo as ligações da Guarda com os fascistas alemães e italianos, nomeou para primeiro ministro o nacionalista de direita Octavian Goga. Goga procurou instaurar um estado corporativo e autoritário, mas quando os ministros do Partido Nacional Camponês se lhe opuseram, rapidamente buscou apoio nos fascistas. Receando que se estabelecesse uma ditadura fascista semelhante à alemã ou à italiana, Carol demitiu o governo liderado por Goga e varreu as instituições do sistema parlamentar. Prendeu as principais figuras da Guarda de Ferro e acusou o seu líder de alta traição.

A queda da democracia romena foi, em grande medida, da responsabilidade do próprio Rei, mas também não há dúvidas de que os cidadãos romenos se sentiram atraídos por grupos antidemocráticos. A autoritária Liga Cristã de Defesa Nacional viria a ter 9 por cento dos votos e a Guarda de Ferro aumentou

a sua quota de preferências populares de 1 por cento para mais de 15 por cento entre 1931 e 1935⁸². O apoio ao movimento fascista era «substancial nos círculos académicos»⁸³, e os propagandistas do partido frequentemente deparavam com recepções calorosas e mesmo «entusiásticas» nas suas visitas às aldeias⁸⁴. Contudo, neste caso, como em todos os outros que estudámos, ainda subsistem dúvidas acerca da extensão do genuíno sentimento antidemocrático. A Guarda de Ferro parece ter tido meios de intimidação dos eleitores rurais extremamente eficientes⁸⁵, e o facto de o Partido Camponês ter estado disposto a juntar-se à Guarda numa aliança eleitoral para derrotar os Liberais em 1937 provavelmente terá motivado grande confusão sobre os verdadeiros valores do partido. A incapacidade do rei Carol em mobilizar um apoio maciço à ditadura que estabelecera⁸⁶ indicia que seria o antisemitismo, e não o antiparlamentarismo, o que mais atraía os apoiantes da Guarda. Mas pondo de lado estas ressalvas, a Roménia representou claramente um caso em que a mobilização popular antidemocrática foi relativamente elevada.

Observando todo o conjunto de democracias mal sucedidas obtemos uma imagem mais clara do papel que o cidadão comum desempenhou na destruição dos regimes democráticos. Não voltei a contar a já bem conhecida história da queda da democracia de Weimar, mas os doze casos que foram aqui analisados ilustram bem a ideia de que o apoio popular às transições para a ditadura de entre guerras foi muito variado. Algumas transições foram semelhantes à da Alemanha, na medida em que foram secundadas por movimentos de massas, mas noutros casos, a mudança de regime foi quase exclusivamente um assunto entre elites. A tabela 3 (p. 30) apresenta uma panorâmica do papel diverso que os cidadãos desempenharam. Em quase todos os nossos casos, os líderes antidemocráticos obtiveram o controlo do Estado quer por terem sido convidados a governar pelo rei ou pelo presidente, quer por terem tomado o poder através de uma acção militar. A tabela 4 (p. 30) lembra-nos que mesmo onde sectores da sociedade civil sancionaram a morte da democracia, foram sempre as elites a desferir o golpe de misericórdia. Em Itália, na Alemanha e na Roménia os líderes antidemocráticos receberam o poder das mãos de um actor governante que tinha a opção de delegar o poder em quaisquer outros actores. Apesar das notórias imperfeições dos governos democráticos de entre as Guerras, os cidadãos europeus normalmente eram aversos a agir directamente contra eles. Olhando para o continente como um todo, podemos concluir que o cidadão comum apenas teve um papel periférico na queda das democracias de entre as Guerras.

Tabela 3.

O papel dos cidadãos na queda da democracia.

<i>Proeminente</i>	<i>Periférico</i>
Áustria	Bulgária
Estónia	Grécia
Itália	Letónia
Alemanha	Lituânia
Roménia	Polónia
Espanha	Portugal
	Jugoslávia?

Tabela 4.

Forma como os ditadores tomaram o controlo das democracias.

<i>Como um convite a governar</i>	<i>Pela tomada do poder</i>
Itália	Bulgária
Alemanha	Portugal
Roménia	Espanha
Grécia	Áustria
	Lituânia
	Estónia
	Letónia

3. *Explicações alternativas.*

Isto conduz-nos à difícil tarefa de explicar os resultados que observámos. É uma tarefa que se divide em duas, já que há dois tipos de consequências que aqui nos embaraçam. Em primeiro lugar, temos que explicar como é que alguns regimes caíram e outros não. Depois, temos que explicar o papel diverso desempenhado pelo apoio popular antidemocrático no subconjunto das democracias que fracassaram. Por razões de tempo (e de falta de informação), limitar-me-ei sobretudo à primeira tarefa.

O cenário da «loucura societal» contém implicitamente um conjunto de hipóteses explicativas que nos fornecem um útil ponto de partida. A primeira tem a ver com experiência prévia de democracia. Este cenário supõe que cidadãos que viveram uma experiência democrática, serão menos susceptíveis aos apelos antidemocráticos do que aqueles que não tiveram da democracia qualquer experiência. Esta ideia está muito difundida nas ciências sociais em geral. Será que as mais antigas das democracias de entre as Guerras tinham maiores oportunidades de sobrevivência do que as mais jovens? É difícil, pois

não é possível distinguir com rigor os dois grupos já que é uma tarefa bastante árdua saber com precisão qual o momento em que um determinado país se tornou democrático⁸⁷. Todavia, as novas democracias parecem concentrar-se mais na lista das baixas, enquanto que as democracias mais antigas se concentram na lista de sobreviventes. Estamos perante uma útil descoberta, mas não podemos acabar aqui o nosso estudo, pois existiram três novíssimas democracias que não sucumbiram nos anos de entre as Guerras – a Finlândia, a Irlanda e a Checoslováquia. Além disso, a idade das novas democracias na lista das baixas não se parece estar relacionada com o papel que a população desempenhou nessa queda. Tanto os subconjuntos de alta e baixa mobilização popular contêm tanto casos de novos sistemas democráticos como de sistemas já com alguma experiência de competição eleitoral.

Haverá então outras explicações mais fortes que dêem conta das variações observadas? A bibliografia actual sobre sociedade civil levar-nos-ia a supor que a queda da democracia estivesse relacionada com a estrutura da vida associativa. Esta explicação também parece plausível. Linz argumentou, há já algum tempo, que os partidos fascistas necessitavam de um espaço político «desocupado» para poderem crescer (o que explicaria porque razão os grupos fascistas não tiveram grande sucesso onde havia associações católicas já implantadas)⁸⁸.

A densidade da sociedade civil ajuda-nos a compreender melhor a evolução de todos os casos do período de entre as Guerras? Só esta questão necessitaria de outra investigação, mas até mesmo uma breve comparação da vida associativa nestes países sugere que esta hipótese não é totalmente satisfatória. Em primeiro lugar, seria difícil manter a ideia de que as democracias que sobreviveram tinham sociedades civis mais densamente organizadas do que as que caíram. Existe uma vasta bibliografia sobre a extraordinária densidade da vida organizativa na Alemanha⁸⁹, assim como a Áustria de entre as Guerras é tida como a sociedade que tinha a vida associativa mais robusta da Europa⁹⁰. A vida organizativa italiana estava também bastante desenvolvida no norte do país (como Putman salientou), mas estas são precisamente as regiões que se tornaram mais susceptíveis ao fascismo. Se usarmos a densidade cívica para explicar a variação dentro do conjunto de democracias que ruiu, aparece um padrão curioso. Se a densidade cívica desencorajou a expansão das forças antidemocráticas, esperar-se-ia que as democracias que caíram no meio de uma elevada mobilização antidemocrática tivessem as sociedades civis menos densamente desenvolvidas do conjunto. Mas será este o caso? Esta questão exige uma investigação muito mais aprofundada, mas a haver uma diferença significativa entre os dois subconjuntos, ela vai na direcção exactamente oposta às teorias tradicionais. Os casos em que os cidadãos se mobilizaram com maior empenho para uma mudança de

regime antidemocrática, são aqueles que parecem ter sociedades civis mais desenvolvidas. A densidade cívica pode-nos ajudar a prever os sentimentos antidemocráticos latentes numa sociedade, mas os seus efeitos podem ser mais negativos do que positivos.

Até que ponto não é mais poderoso uma explicações de tipo materialista para os exemplos de queda das democracias? O cenário da «loucura societal» obviamente que implica que a escassez económica é nefasta ao apoio à democracia. Mas quais são as condições, se é que existem, sob as quais a escassez económica pode ter esta consequência? Haverá tipos escassez económica mais relevantes do que outros?

Quase nenhuma das democracias que caiu nos anos de entre guerras o fez durante uma situação de prosperidade económica, e sete destes regimes caíram depois do aparecimento da Grande Depressão. No entanto, comparações sistemáticas sugerem que a depressão económica não foi nem uma causa necessária nem uma causa suficiente para o colapso da democracia.

A tabela 5 utiliza o índice de crise económica Dirk Berg-Schlosser para medir o impacto da Depressão em seis dos casos de queda da democracia e em oito das democracias europeias que sobreviveram⁹¹. Não surpreendente, as democracias que caíram foram em geral mais fustigadas pela depressão do que as que não caíram. Contudo, as estatísticas mostram que a intensidade da crise económica variou consideravelmente tanto na categoria das sobreviventes como na das baixas. A democracia grega caiu apesar de a depressão ter tido aí um efeito muito menor que em qualquer outro país considerado neste estudo. A intensidade da crise em Espanha e na Roménia foi também igualmente baixa. É verdade que estes três países tinham consideráveis sectores agrícolas e que a depressão afectou de maneiras diversas estas economias; o que deixa por saber quais os tipos de crises económicas que são mais significativas. Examinando a categoria das democracias sobreviventes ficamos sem perceber porque razão conseguiu a Checoslováquia vencer aquela que foi uma das três mais graves crises económicas que afectou a Europa. A Holanda, a Bélgica e a França colocam-nos um problema semelhante (embora menos dramático), pois qualquer um destes estados teve crises económicas mais profundas do que qualquer uma das democracias que caiu. Quaisquer índices compostos devem portanto ser usados com precaução, e complementados com a história circunstanciada de cada país, mas parece pouco provável que a dissememalhaça nos casos observados possa ser explicada apenas por uma análise da crise económica.

Haverá então indicadores da crise económica que sejam mais precisos e que tenham uma maior valor preditivo? É legítimo avaliar o impacto conjunto da

Tabela 5.

A crise económica nos regimes que sobreviveram e nos regimes que caíram.

<i>Sobreviventes</i>	<i>Índice</i>	<i>Quedas</i>	<i>Índice</i>
Suécia	1,13	Áustria	-1,25
Finlândia	1,03	Alemanha	-1,60
Bélgica	-0,42	Roménia	0,09
Holanda	-0,55	Estónia	-0,36
França	-0,27	Espanha	-0,10
Reino Unido	1,17	Grécia	1,68
Checoslováquia	-1,43		
Irlanda	0,09		

(crise elevada, índice baixo)

Fonte: Dirk Berg-Schlosser, «Crisis, Compromise, and Collapse».

inflação e do desemprego, já que estes factores são responsáveis pelas carências mais directamente sentidas pelo cidadão comum?

Mas também aqui a conexão entre escassez e «loucura societal» parece ténue. Cada uma das quatro democracias que viveram a hiperinflação entraram em colapso, mas apenas duas delas (a Polónia e Portugal) caíram durante ou logo a seguir a esse momento hiperinflacionário. E é também significativo que nenhuma destas mudanças de regime tenha sido fruto de movimentações de massas contra a democracia. Tanto a democracia austríaca com a democracia alemã duraram ainda mais dez anos após terem passado por uma terrível hiperinflação. Os movimentos antidemocráticos foram aqui, evidentemente, bem sucedidos, mas só muito depois da crise inflacionária ter passado. Os cidadãos toleram mais a hiperinflação do que seria de supor.

A maior parte das democracias que caíram não passaram por uma hiperinflação, embora em muitos casos, as taxas de inflação estivessem a subir na altura da mudança de regime. Os preços ao consumidor estavam a subir de forma relativamente rápida quando os regimes caíram na Bulgária e na Roménia, quando os regimes caíram. Mas a inflação estava a subir ligeiramente na Grécia e decrescia levemente na Itália⁹². Também em Espanha a inflação caía. Os preços baixavam quando a Áustria, a Alemanha, a Estónia e a Letónia entraram em ditadura. A depressão ajuda a explicar este último facto mas mesmo que separemos os nossos casos entre os que caíram antes e os que caíram depois da depressão, não é possível estabelecer uma relação clara entre inflação e mudança de regime. Não há nenhuma associação entre inflação e aumento de apoio popular a grupos antidemocráticos.

O desemprego é um aspecto da crise económica que ainda tem um impacto mais profundo na vida quotidiana. As tendências observadas para a Alemanha na tabela 6 sugerem uma associação entre a escassez de emprego e o apoio a movimentos antidemocráticos.

Tabela 6.
Desemprego e crescimento na votação nazi.

	<i>Desemprego</i>	<i>Votação</i>
1919	3,7	-
1920	3,8	-
1924	13,5	6,5
1924	13,5	3,0
1928	8,4	2,6
1930	15,3	18,3
1932	30,1	37,3
1932	30,1	33,1

Fonte: Thomas Mackie e Richard Rose.

Embora esta associação seja muitas vezes discutida na literatura sobre a Alemanha, é difícil determinar se este aspecto do caso alemão se repetiu noutros locais. Embora a bibliografia acerca dos movimentos fascistas noutros países esteja cheia de referências ao papel desempenhado pelos desempregados nos grupos extremistas, não tenho conseguido encontrar estatísticas fiáveis sobre o desemprego para a maioria dos casos precoces de queda da democracia; e como a grande parte dos partidos extremistas de direita participaram em pouquíssimas eleições nacionais, comparações são impossíveis. As estatísticas disponíveis, apresentadas na tabela 7, assemelham-se, embora desigualmente, ao padrão alemão. O caso austríaco é o que mais se aproxima do alemão. Na verdade, o apoio aos antidemocráticos de direita subiu com o desemprego (o que é evidente nas eleições locais). O caso checo também mostra uma correlação forte, que por sua vez já é inexistente na Holanda e na Bélgica. Na Roménia a correlação desfaz-se completamente. O estudo desta relação deveria ser aprofundado com estatísticas sobre as eleições locais, embora a nível das eleições nacionais a associação pareça fraca.

Quaisquer que sejam as conexões entre desemprego e apoio a grupos antidemocráticos podemos temos a certeza de que tendências globais do desemprego não são bons indicadores do colapso democrático. O ponto máximo da taxa de desemprego nas democracias que caíram é apenas ligeiramente maior do que o das democracias que sobreviveram (26,8 por cento *versus* 24,4 por cento).

Tabela 7.

Desemprego e votação em partidos fascistas e comunistas.

	<i>Áustria</i>			<i>Roménia</i>			<i>Bélgica</i>			<i>Checoslováquia</i>			<i>Holanda</i>		
	<i>D</i>	<i>F</i>	<i>C</i>	<i>D</i>	<i>F</i>	<i>C</i>	<i>D</i>	<i>F</i>	<i>C</i>	<i>D</i>	<i>F</i>	<i>C</i>	<i>D</i>	<i>F</i>	<i>C</i>
1920	58	0	.9												
1921							11.5	3	0						
1922													11	0	1.8
1923	110	0	.7												
1925							2.4	3.9	1.6	4.9	12.6	13.1	8.1	0	1.2
1927	200	.7	.4												
1929							1.9	6.3	1.9	4.2	11.1	10.2	5.9	0	2.0
1930	243	9.2	.6												
1931				36	4	-									
1932				39	7	-	23.5	5.9	2.8						
1933				29	5+	-							26.9	.8	3.2
1935										68.6	29.6	10.3			
1936							16.8	18.6	6.0						
1937				11	25	-							26.9	4.4	3.4
1939							19.3	12.7	5.4						

D Número de desempregados; em milhares para a Áustria, Roménia e Checoslováquia; em percentagens para a Bélgica e Holanda.

F Percentagem de votação nos partidos fascistas.

C Percentagem de votação nos partidos comunistas.

Tabela 8.

Alteração percentual média no desemprego: sobreviventes *vs* quedas 1928 e pico da crise económica.

<i>Sobreviventes</i>	<i>Percentagem</i>	<i>Quedas</i>	<i>Percentagem</i>
Irlanda	30,8	Alemanha	21,7
Holanda	27,1	Áustria	18,9
Checoslováquia	26,2	Estónia	16,5
França	15,0	Roménia	15,8
Suécia	13,1	Espanha	15,0
Reino Unido	11,3	Grécia	5,0
Finlândia	11,1		
	<u>19,2</u>		<u>15,5</u>

Fonte: Adaptado de Berg-Schlosser, «Crisis, Compromise, Collapse: Social and Political Reactions to the Great Depression in Europe», in *ECPR Joint Sessions Paper*, Madrid, 19-21 de Abril, 1994, pp. 13-14.

Tal como a tabela 8 ilustra, o nível global de desemprego não era significativamente mais alto nas democracias que ruíram. Na verdade, a média de crescimento do desemprego era mais elevada nas democracias que sobreviveram aos

anos de entre as Guerras do que naquelas que pereceram. A escassez de empregos pode, na realidade, ter tido mais importância do que quaisquer outras carências, mas não explica nem metade do nosso enigma.

Haverá então uma explicação alternativa mais sintética? Até um certo ponto, provavelmente não haverá. Stanley Payne talvez tenha razão quando afirma que o fascismo não teve uma causa única⁹³, assim como e não há qualquer razão para esperar que os diversos processos que estamos aqui a analisar sejam redutíveis a uma causa. Aspirar a uma teoria global e premonitória só pode levar a resultados estéreis. Reis, presidentes e primeiros ministros entraram na nossa história com um papel de destaque e a verdade é que as suas acções serão sempre imprevisíveis. Outro grande problema é a falta de informação sobre muitas das democracias que caíram (em particular, sobre os países da Europa de Leste).

Não tenho pretensões a apresentar uma causa geral destes fenómenos, mas terminarei com uma sugestão que um dia poderá vir a constituir uma explicação alternativa. O que parece distinguir as baixas dos sobreviventes na história das democracias de entre guerras é menos o comportamento de uma população activamente antidemocrática do que a capacidade do estado em assegurar o que poderia ser denominado «ordem cívica». A ordem cívica existe quando as interacções entre os actores sociais são razoavelmente previsíveis, não-violentas e governadas pelo primado da lei. As interacções sociais – interacções entre indivíduos e interacções entre grupos – são sempre contingentes e frequentemente carregadas de conflito. Uma das principais funções do estado é minimizar tanto a incerteza como o conflito inerentes à vida social. Esta tarefa torna-se extremamente difícil em alturas de crise económica, pois quando a possibilidade de se criar conflito pela posse de recursos escassos começa a aumentar.

Os Estados que já tinham estabelecido uma sólida base institucional que assegure a ordem cívica (ou seja, que facilite a interacção dos grupos de forma não conflitual, e que resolva e controle os conflitos existentes) estarão mais preparados para suportar tempos de crise económica do que os outros. Uma das razões pela qual quase nenhuma velha democracia europeia sucumbiu foi por os seus estados terem tido tempo de criar e solidificar instituições eficazes na preservação da ordem cívica. Devemos ter em mente que alguns destes estados mais antigos (a Bélgica e a França, por exemplo), tinham movimentos antidemocráticos entusiásticos e altamente visíveis, mas tinham também a capacidade para controlar estes movimentos dentro dos limites dos sistemas parlamentares⁹⁴. O argumento da «loucura societal» coloca a ênfase na vivência democrática pelos cidadãos, mas o conhecimento vivido pelo estado ao gerir e controlar a desordem pode ainda ser ainda mais importante.

Igualmente importantes são os recursos materiais à disposição do estado. A manutenção da ordem civil tem, sem dúvida, uma componente cultural, mas também precisa de uma base material. Necessita de fundos para os serviços públicos que possibilitam que as relações sociais sejam não-conflituais; de fundos para sistemas de comunicação, para redes de transporte, e para a manutenção dos espaços públicos. A ordem cívica também necessita de recursos para o controle e apaziguamento de grupos que podem gerar conflitos. Os serviços policiais, os programas de assistência social, e de fundos contra o desemprego são bons exemplos. Um meio judicial profissionalizado e um sistema legal eficiente, apesar de onerosos, são igualmente centrais à manutenção da ordem.

Partindo destes pressupostos, coloquei como hipótese que uma das mais significativas diferenças entre as democracias que caíram e as que sobreviveram ter sido a capacidade do estado em cobrar impostos e fazer gastos públicos. Esta hipótese acabou por se verificar verdadeira. Se olharmos para as receitas e despesas governamentais per capita em todos estes países, obtemos uma diferença estatisticamente significativa ($p=0,028$). Encontramos igualmente uma diferença estatisticamente significativa relativa ao correio per capita ($p=0,001$). Esta variável tem um significado político mais forte do que seria de esperar. Os fluxos postais são um indicador fiável da eficácia do estado já que este é reponsável pela sua recolha e distribuição. Os serviços postais também nos dizem algo sobre a sociedade civil. Se não contarmos com a ocasional carta-bomba, o correio é um bom indicador de uma interação não-conflitual entre grupos. A utilização frequente e regular do sistema postal indicia que os grupos sociais estão em comunicação, que os negócios continuam sem sobressaltos, e que há uma aparência de ordem.

A capacidade de manutenção da ordem cívica é de grande importância pois os movimentos antidemocráticos alimentam-se do medo. É indubitável que as populações da Europa de entre as Guerras tinham razões para ter medo. Mas ao contrário do que tradicionalmente se afirma, essas razões não eram na sua maioria económicas. Para o cidadão comum, o medo da desordem e conflito sociais podem ter sido mais importantes que o receio despoletado pela crise económica. Na Europa de entre as Guerras, havia inúmeros estados que não eram regidos por normas legais, e este facto merece ser melhor estudado. Grande parte desta ausência de lei tomou a forma de violência interpessoal. A tabela 9 (p. 38) mostra que o nível de violência interpessoal variou drasticamente entre as democracias que sobreviveram e as que entraram em colapso. Nenhuma das democracias sobreviventes tinha níveis de violência interpessoal mais elevados do que qualquer das democracias que caiu. Esta tendência mantém-se no que se refere a homicídios, assaltos e roubos.

Tabela 9.

Criminalidade comparada entre eemocracias sobreviventes e democracias falhadas.

<i>Tipo de democracia</i>	<i>Taxa de homicídio (por 100 k)</i>	<i>Taxa de agressão (por 100 k)</i>	<i>Taxa de roubo (por 100 k)</i>
Sobreviventes	2,19	32,6	8,0
Quedas	7,0	29,2	33,5

Os sobreviventes são a Dinamarca, Finlândia, França, Irlanda, Holanda, Noruega, Reino Unido, Suécia, Suíça. As quedas incluem a Bulgária, Alemanha, Itália, Polónia e Portugal

Fonte: Dane Archer e Rosemary Gartner, *Violence and Crime in Cross-National Perspective*, New Haven, Yale, 1984.

Estas estatísticas criminais são apenas um indicador do falhanço da ordem cívica que precedeu o colapso de todos estes regimes. O desejo de uma ordem cívica foi provavelmente uma constante em todas as democracias europeias de entre as Guerras, mas algumas tiveram a capacidade para a manter e outras não.

Em muitos aspectos, os ditadores que ganharam controle sobre as democracias caídas durante os anos de entre guerras eram radicalmente diferentes. Diferiram na intensidade do seu antisemitismo, nas suas políticas internas, nas suas políticas externas, na sua religiosidade e nas sua posições perante o republicanismo. O que contudo os unia a todos era a promessa de restauração da ordem. Em última análise, foi desta forma como acabaram por conquistar o poder – umas vezes com um pequeno grupo de conspiradores, outras vezes dirigindo multidões de cidadãos comuns que, acima de tudo, ansiavam por uma ordem.

- 1 Defino estas organizações como partidos que publicamente sustentavam a oposição violenta dos governos eleitos. Limito aqui a minha análise aos grupos da direita antidemocrática pois todos os regimes democráticos analisados foram substituídos por regimes de direita.
- 2 M. Rainer Lepsius, «From Fragmented Party Democracy to Government by Emergency Decree and Nationalist Takeover: Germany», in J. Linz e A. Stepan, eds., *The Breakdown of Democratic Regimes*, Baltimore, Johns Hopkins University Press, 1978, p. 70.
- 3 Renzo de Felice, *Mussolini il Fascista*, vol. 1: *La Conquista del Potere, 1921-1925*, Turim, Einaudi, 1966, pp. 8-11.
- 4 Sobre a Áustria ver Gerhard Botz, «Changing Patterns of Social Support for Austrian National Socialism», in Stein Larsen et. al., *Who Were the Fascists?*, New York, Columbia University Press, 1980, p. 214.
- 5 Stanley Payne, *Falange*, Stanford, Stanford University Press, 1965, pp. 81 e 279.
- 6 Forneço aqui o número de lugares na assembleia pois estes integravam uma coligação. Sobre a orientação do voto não há informações disponíveis.
- 7 Eram estes o Partido Nazi, o Partido do Povo de Hanover, o Partido Nacional Popular e o Partido do Povo da Baviera.

- 8 Tal como o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido por Gregorz Ekiert e Jan Kubik para a Europa de Leste ou por Mark Beissinger para a Rússia.
- 9 Os dados são retirados do estudo 7412 do ICPSR e foram compilados por Arthur Banks num conjunto de séries temporais comparadas que abrangia o período 1815-1973. Matt Webster da Universidade de Princeton merece agradecimentos pela ajuda referente a estes dados. (os valores de p destes dados são, respectivamente, 0,185, 0,593 e 0,241).
- 10 Para mais informação sobre o regime de Kun e do seu rescaldo ver Andrew Janos, *The Politics of Backwardness in Hungary*, Princeton, Princeton University Press, 1982, e C. A. Macartney, *Hungary: A Short History*, Chicago, Aldine, 1962.
- 11 Gramsci mostrava-se optimista ao traçar um paralelo entre Nitti e Kerensky. Christopher Seton-Watson, *Italy from Liberalism to Fascism: 1870-1925*, Londres, Methuen & Co, 1967, p. 560.
- 12 S. J. Woolf, ed., «Italy», in *European Fascism*, Londres, Weinfeld and Nicolson, 1968, p. 39.
- 13 O Bloco era uma coligação de diversos partidos baseada apenas na sua hostilidade ao socialismo. Incluía os liberais, os nacionalistas, os democratas e os reformistas sociais. Os fascistas ganharam assim uma aparência de respeitabilidade com a sua inclusão numa lista de partidos bem institucionalizados. Ver Farneti, «Social Conflict, Parliamentary Fragmentation, Institutional Shift and the Rise of Fascism: Italy», in Linz and Stepan, eds., *The Breakdown of Democratic Regimes: Europe*, p. 23.
- 14 Para mais pormenores ver Adian Lyttleton, *The Fascist Seizure of Power*, Londres, Weidenfeld and Nicolson, 1973.
- 15 A caracterização é de Adrian Lyttleton. A observação feita a respeito dos militares aparece aí e em S. J. Woolf, «Italy».
- 16 Farneti, «Social Conflict», pp. 30-31.
- 17 Hugh Seton-Watson em *Eastern Europe Between the Wars*, Hamdon, CT, Anchor Books, 1962, p. 243 escreve que a Bulgária possuía uma «estrutura de propriedade rica mais equilibrada do que qualquer outro estado da Europa de Leste».
- 18 Ver Marin Pundeff, *Bulgaria in American Perspective*, Nova Iorque, Columbia University Press, 1994, p. 83.
- 19 Para um excelente estudo da Bulgária ver John D. Bell, *Peasants in Power*.
- 20 Antony Polonski, *Politics in Independent Poland: 1921-1939*, Oxford, Clarendon, 1971, p. 128.
- 21 Norman Davies, *Heart of Europe. A Short History of Poland*, Oxford, Oxford University Press, 1984, p. 124.
- 22 Hugh Seton-Watson, *op. cit.*, p. 160.
- 23 Polonski, *op. cit.*, p. 139.
- 24 Gerutis, Albertas, *Lithuania: 700 Years*, Nova Iorque, Maryland Books, 1969, p. 220.
- 25 Georg von Rauch, *The Baltic States*, Londres, C. Hurst & Co, 1974, p. 120.
- 26 Ver Royal Institute of International Affairs, *The Baltic States*, Londres, Oxford University Press, 1938, para uma boa panorâmica sobre o período é ainda Leonas Sabaliunas, *Lithuania in Crisis: Nationalism to Communism, 1939-1940*, Bloomington, Indiana University Press, 1972, p. 7. Smetona, o golpista que ascenderia à presidência, descreve o período como aquele em que «negras multidões [...] insistiam num governo bolchevique», *ibid.*, p. 8.
- 27 Gerutis, *op. cit.*, p. 219.
- 28 Rauch, *op. cit.*, p. 127.
- 29 *Ibid.*, p. 120.
- 30 Peter Merkl repete este senso comum num artigo repleto de informação no livro de Stein Larsen.
- 31 António Costa Pinto, *Salazar's Dictatorship and European Fascism*, New Work, Columbia University Press, 1995, p. 141.

- 32 H. V. Livermore, *A New History of Portugal*, Cambridge, Cambridge University Press, 1966, p. 330.
- 33 A. H. Oliveira Marques, *História de Portugal*, Lisboa, Palas Editores, 1981, pp. 258-59.
- 34 Schwartzman, Kathleen C., *The Social Origins of Democratic Collapse*, Lawrence, Kansas, University of Kansas Press, 1989, pp. 37-39.
- 35 Oliveira Marques, *op. cit.*, p. 256.
- 36 Schwartzman, *op. cit.*, p. 43. A Confederação mais tarde surgiu a opor-se ao golpe e decretou uma greve geral.
- 37 Costa Pinto, *op. cit.*, p. 146.
- 38 *Ibid.*, p. 135.
- 39 *Ibid.*, p. 145.
- 40 Scharztzman, *op. cit.*, p. 183.
- 41 As informações sobre as mudanças de governo e quase todos os factos aqui apresentados aparecem em R. W. Seton Watson, e R. G. D. Laffan, «Yugoslavia Between the Wars», in Stephen Clissold, ed., *A Short History of Yugoslavia*, p. 174, Cambridge, Cambridge University Press, 1966, p. 174.
- 42 Fred Singleton, *A Short History of the Yugoslav Peoples*, Cambridge, Cambridge University Press, 1985, p. 150.
- 43 R. W. Seton-Watson, e R. G. D. Laffan, *op. cit.*, pp. 174-77.
- 44 *Ibid.*, p. 179.
- 45 Esta era uma coligação formada pelos Agricultores Democráticos, por Eslovenos e por Muçulmanos, para a eleição de Julho de 1924. *Ibid.*, p. 172.
- 46 Stanley Payne, *A History of Fascism*, Madison, Wisconsin, University of Wisconsin Press, 1995, p. 246.
- 47 Martin Kitchen, *The Coming of Austrian Fascism*, Londres, Croom Helm, 1980, p. 182.
- 48 Gordon Craig, *Europe Since 1815*, Nova Iorque, Holt, Rinehart and Winston, 1971, p. 597.
- 49 Payne, *op. cit.*, p. 248.
- 50 Walter Simon, «Democracy in the Shadow of Imposed Sovereignty», in Linz, e Stepan, eds., *The Breakdown of Democratic Regimes: Europe*, p. 112.
- 51 Stanley Payne, *op. cit.*
- 52 *Ibid.*, p. 109.
- 53 *Ibid.*, p. 110.
- 54 Bruce Pauley, «Nazis and Heimwehr Fascists: the Struggle for Supremacy in Austria, 1918-1938», in Stein Larsen *et al.*, *Who Were the Fascists?*, p. 235.
- 55 Simon, *op. cit.*, p. 116.
- 56 Tõnu Parming, *The Collapse of Liberal Democracy and the Rise of Authoritarianism in Estonia*, London, Sage Publications, 1975.
- 57 *Ibid.*, p. 44.
- 58 *Ibid.*, p. 17.
- 59 Alfred Bilmanis, *A History of Latvia*, Princeton, New Jersey, Princeton Univ. Press, 1951, p. 358.
- 60 Andrejs Plakans, *The Latvians: A Short History*, Stanford, California, Hoover Institution Press, 1995, p. 133.
- 61 Rauch afirma que doze destes partidos tinham apenas um representante e só dois tinham mais do que dez! Rauch, p. 146. É significativo que Ulmanis tenha feito um esforço de reforma do executivo pouco depois da sua visita à Alemanha de Hitler no final da primavera de 1933. Ver *ibid.*, p. 154.
- 62 Royal Institute, *The Baltic States*, pp. 54-55. Breve descrição de outros grupos marginais, incluindo um pequeno grupo pró-nazi entre a população de origem germânica e um grupo de oficiais modelado à imagem polaca. A natureza restrita de todos estes grupos é discutida em Rauch, especialmente p. 153.

- 63 Juan Linz, «From Great Hopes to Civil War: The Breakdown of Democracy in Spain», in Linz, e Stepan, eds., *The Breakdown of Democratic Regimes: Europe*, p. 189; Preston, *op. cit.*, pp. 239, 253, 268-69.
- 64 Linz, *op. cit.*, p. 162; Raymond Carr, *Spain: 1808-1975*, Oxford, Oxford University Press, 1982, p. 642.
- 65 Carr, *op. cit.*, p. 640.
- 66 Carr escreve que «o entusiasmo era a característica principal da vida quotidiana em ambos os lados da barricada durante os primeiros tempos da guerra civil», *ibid.*, p. 652.
- 67 *Ibid.*, p. 607.
- 68 Linz, *op. cit.*, p. 192.
- 69 *Ibid.*
- 70 Carr, *op. cit.*, p. 641.
- 71 Linz, *op. cit.*
- 72 Este seria o resultado das eleições não obstante a intimidação constante dos eleitores republicanos. George Mavrogordatos, *Stillborn Republic*, pp. 52-53; John Campbell, e Phillip Sherrard, *Modern Greece*, Londres, Ernest Benn, 1968, p. 157.
- 73 Metaxas participara num golpe falhado contra o regime de Venizelis em Outubro de 1923, e por isso as suas tendências políticas eram bem conhecidas. Ver Mavrogordatos, *op. cit.*, p. 30.
- 74 Campbell, e Sherrard, *op. cit.*, p. 159.
- 75 *Ibid.*, pp. 158-59.
- 76 Mavrogordatos, *op. cit.*, p. 54.
- 77 *Ibid.*, p. 148.
- 78 Campbell, e Sherrard, *op. cit.*, p. 162.
- 79 Keith Hitchens, *Rumania: 1866-1947*, Oxford, Clarendon, 1994, pp. 414-15.
- 80 *Ibid.*, p. 378.
- 81 Stephen Fischer-Galati, «Fascism in Romania», in Peter Sugar, ed., *Native Fascism in the Scandinavian States*, p. 118.
- 82 Comunistas e partidos antidemocráticos de esquerda tiveram influência directa na vida política, mesmo depois da depressão. Hitchens, pp. 397-98.
- 83 Irina Livezeanu, *Cultural Politics in Greater Romania*, Ithaca: Cornell University Press, 1995, pp. 273-74.
- 84 Fischer-Galati, *op. cit.*, p. 116.
- 85 Mattei Dogan, «Romania», in Weiner e Ozbudun, *Competitive Elections in Developing Countries*, Washington, D. C., American Enterprise Institute, 1987, p. 364.
- 86 Hitchens, *op. cit.*, p. 424.
- 87 A exclusão das mulheres e dos homens analfabetos do eleitorado são apenas dois factores que complicam esta tarefa.
- 88 Linz, «Political Space and Fascism as a Latecomer», in Stein Larsen *et al.*, *op. cit.*
- 89 Ver as recentes obras de Peter Fritzsche e de Larry Jones.
- 90 Ver Walter Simon, e também Charles Gulick, *Austria from Hapsburg to Hitler*, Berkeley, University of California Press, 1948.
- 91 Dirk Berg-Schlosser, «Crisis, Compromise and Collapse: Social and Political Reactions to the Great Depression» (1994). Berg-Schlosser, para a elaboração de um «índice de depressão», agregou quatro indicadores, que incluíam mudanças em PIL *per capita* a preços constantes, produção industrial, exportações, e crescimento do desemprego, através de uma análise de factores confirmativos. Vide pp. 13-14. Os resultados foram apresentados num workshop da ECPR em Madrid, 19-21 Abril de 1994.
- 92 Neste período, o índice de preços por grosso descreceu bastante em Itália.
- 93 Payne (1995), caps. 12 e 13.

- 94 A França é um caso fascinante. Lembremos que uma marcha massiva e violenta da extrema direita sobre o Palais Bourbon provocou a demissão do governo Daladier em 1934. Embora a direcção da polícia de Paris tivesse provavelmente simpatias à direita, o movimento seria rapidamente controlado, apesar da perda de 15 vidas. Ver Philippe Bernard e Henri Dubief, *The Decline of The Third Republic*, Cambridge, Cambridge University Press, 1985.